

CIDADANIA COMUNICATIVA E O REDIMENSIONAMENTO DO SUJEITO EM INTER-RELAÇÕES COM OS MEDIOS: PERSPECTIVAS E PROBLEMATIZAÇÕES

FELIPE COLLAR BERNI

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos - Rio Grande do Sul

Resumo

A necessidade de romper com as perspectivas funcionalista, positivista e estruturalista que (ainda) alicerçam projetos de investigação e leituras sobre os meios e práticas de comunicação sinaliza para uma compreensão que reposiciona o sujeito(a) (audiência, usuário, público, ouvinte etc.) nos processos comunicativos e midiáticos (MATTELART; MATTELART, 2004). As reflexões mobilizadas no texto repercutem os pressupostos da cidadania comunicativa num contexto intercultural e hibridizado, apresentando problematizações para futuras empreitadas científicas que se apresentam dispostas a (re)pensar o sujeito(a) nas inter-relações com os meios.

Palavras-chave: cidadania comunicativa; sujeito comunicante; estudo de recepção; interculturalidade; transmetodologia.

Abstract

The need to disrupt with the functionalist, positivist and structuralist perspectives that (still) underpin research projects and readings on the media and its practices, point to an understanding that repositions the subject (audience, user, public, listener, etc.) in communicative and media processes (MATTELART; MATTELART, 2004). The reflections mobilized in the text echo the assumptions of communicative citizenship in an intercultural and hybridized context, presenting problematizations for future scientific endeavors that are willing to (re)think the subject in the interrelationships with the media.

Keywords: communicative citizenship; communicating subject; reception study; interculturality; transmethodology.

Torna-se prudente reivindicar um outro olhar para os sujeitos(as) no processo comunicativo que rompa com a ótica funcionalista, positivista e estruturalista que influenciou e continua influenciando as investigações em comunicação. De forma modesta, nosso exercício neste texto busca contribuir para esse reposicionamento. Isso pelo fato de, ao oportunizar construir uma leitura crítica dos *meios*, pelo viés da cidadania comunicativa, temos que reconhecer que os processos comunicativos se constituem, também, através da intervenção de atores sociais muitos diversos (MATTELART; MATTELART, 2004; MALDONADO, 2013; BONIN, 2016).

Isso posto, para tensionarmos a cidadania comunicativa em sua dimensão constitutiva, é inevitável entrelaçá-la com o cenário complexo de transformações na realidade comunicacional/midiática que atravessamos. Assim, observar a comunicação numa perspectiva sociocultural imprescindível nas formações,

experiências e ações sociais contemporâneas, requer um esforço de compreendê-la levando em consideração sua multidimensionalidade - econômica, política, histórica, sociológica e tecnológica, para citar algumas delas. Nosso movimento aqui é múltiplo: primeiro, torna-se necessário pensar o contexto das interculturalidades e da cidadania complexas e seu impacto nas dimensões midiáticas; reposicionar o sujeito(a) no processo comunicativo, compreendendo-o como sujeito(a) comunicante, ou seja, observando seus vínculos com os meios de comunicação, situados no processo de midiaticização; e debater a construção da cidadania comunicativa numa perspectiva intercultural e complexa. Ao falar em cidadania, somos provocados e convidados a contribuir para a (re)construção deste conceito (CORTINA, 2005; MALDONADO, 2011).

Sujeito(a), comunicação e cidadania são elementos íntimos para pensarmos os dilemas e desafios sociais contemporâneos. Sendo assim, ao refletir os desafios culturais da atualidade, temos a possibilidade de reposicionar o sujeito(a) enquanto componente importante para pensar os *medios* e sua influência e participação no ordenamento social, vislumbrando a constituição, manutenção e exercício da cidadania. Eis nosso ensejo neste texto.

Interculturalidades e cidadania complexas

Por diferentes perspectivas podemos buscar caracterizar a conjuntura social contemporânea. Martín-Barbero (2014) visualiza uma diversidade em convergência; Cortina (2005) sinaliza para uma cidadania multicultural; Néstor García Canclini (2019) compartilha a compreensão da hibridação; Dowbor (2020) aponta para conectividade e suas implicações e transformações ao capitalismo; e Mattelart e Vitalis (2014) tensionam o cibercontrole como nova forma de controle social, poder e vigilância. Esses diferentes ângulos corroboram para visualizarmos de forma multidimensional nosso contexto. Nesse exercício de observação, é prudente recuperar a noção de interculturalidade apresentada por Martín-Barbero (2014, p. 19), “que nomeia a impossibilidade de uma diversidade cultural compreendida de cima, isto é, desejada ou regulada à margem dos processos de intercâmbio entre as diversas cultura”. Noção vai ao encontro de García Canclini, quando sinaliza para a hibridação, ou seja, “processos culturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos

e práticas” (2018, p. 19), por sua vez, não é sinônimo de fusão sem contradições, mas corrobora na compreensão dos conflitos gerados na interculturalidade. A noção de hibridação de Canclini ajuda a compreender as misturas, confluências, atravessamentos e complexidades interculturais contemporâneas.

Ao falar dos processos de hibridação, é inevitável tensionar o conceito de identidade. Assim, pensar a hibridação é rechaçar a tentativa de estabelecer identidades “puras” ou “autênticas” ou a partir de abstrações características físicas e sociais. “Se falarmos da hibridação como um processo ao qual é possível ter acesso e que se pode abandonar, do qual podemos ser excluídos ou ao qual nos podem subordinar, entenderemos as posições dos sujeitos(as) a respeito das relações interculturais” (GARCÍA CANCLINI, 2019, p. 25). Portanto, perceba a necessidade de também observar aquilo que resiste às fusões e hibridação, por sua vez temos que levar em conta os movimentos que a rejeitam.

A intensificação da interculturalidade favorece intercâmbios, misturas maiores e mais diversificadas do que em outros tempos; por exemplo, gente que é brasileira por nacionalidade, portuguesa pela língua, russa ou japonesa pela origem; e católica ou afro-americana pela religião. Essa variabilidade de regimes de pertença desafia mais uma vez o pensamento binário a qualquer tentativa de ordenar o mundo em identidades puras e oposições simples. É necessário registrar aquilo que, nos entrecruzamentos, permanece diferente. (GARCÍA CANCLINI, 2019, p. 33).

Neste ponto, Adela Cortina (2005) chama atenção para pensarmos a complexidade de estabelecer e exercer cidadania num contexto multicultural e intercultural. Mas antes, torna-se oportuno posicionar algumas questões-chave que constituem a cidadania entendida neste texto.

Na compreensão de Cortina, cidadania seria um “conceito mediador” (2005, p. 27), haja vista que entrelaçam exigências de justiça, moral, identidade, coesão social e pertencimento, capaz de constituir a “razão de ser da civilidade” (2005, p. 21), ou seja, uma civilidade que em sintonia os diferentes atores sociais, faz com que seus membros se sintam pertencentes a sociedade, estimulando a convicção de que vale a pena lutar para mantê-la e melhorá-la. Podemos compreender, portanto, que os conceitos de cidadania não são dados como prontos, há uma necessidade de alargamento na compreensão que historicamente foi constituído a partir das questões de natureza jurídico-política. Note-se que o conceito de cidadania é submetido às construções históricas, atrelado também às lutas sociais.

É no contexto da década de 1990 que Cortina (2005) sinaliza como um momento de efervescência em relação ao debate sobre cidadania, onde o conceito é repensando e problematizando, já levando em consideração as transformações socioculturais experimentadas pelo social e a necessidade de construir coesão social em sociedades pós-industriais, capitalistas e neoliberais, “não se pode obter essa coesão só mediante o direito, só por meio de uma legislação coercitivamente imposta, mas sobretudo pela livre adesão e participação dos cidadãos, pelo exercício da virtude moral da civilidade” (CORTINA, 2005, p. 20). Existe uma tensão entre perspectivas liberais e comunitárias que ajudam a balizar o debate, temos de forma respectiva os *ética dos mínimos* e os *ética dos máximos*, esta constituintes do bem viver, aquela refere-se as questões de natureza básica para a vida em sociedade. O liberalismo entende que o Estado não deve interferir na cultura/vida dos cidadãos, mas sim se ater à distribuição de poder e recursos. Por sua vez, o comunitarismo rechaça esse viés, posicionando a concepção liberal como uma cultura que não é neutra, mas que se universalizou, entende, portanto, as sociedades são desiguais e merecem intervenção. Essa desigualdade entre sociedades é central para o debate da cidadania multicultural.

Efendy Maldonado (2011) condiciona o processo de *alfabetização política* como elemento determinante para pensar a cidadania no contexto latino-americano, processo pelo qual os cidadãos, pertencentes às classes populares, vão se inserindo nos debates, formações e organizações, passando a atuar de forma organizada. Uma alfabetização em processo a partir das lutas sociais, com diferentes aglutinadores, como questões envolvendo etnia, classes, gênero, religião, entre outros. Entende o conceito atravessado a vida em cidade, numa orientação compreensiva que envolve “um tipo de produção cultural que articula comportamentos de fraternidade, solidariedade, cooperação, colaboração e empatia na busca de vida gratificante em comum (Política, com maiúscula)” (MALDONADO, 2011, p. 02).

Caminhamos ao encontro da necessidade de (re)construir o conceito de cidadania. Adela Cortina nos apresenta facetas e questões para de ir além dessa dimensão do direito intrínseco a ela. Maldonado (2011, p. 03) também entende como necessário a problematização e reconstrução do conceito de cidadania, subvertendo a noção de cidadania liberal e enriquecendo-a com a inserção da categoria cultura.

Assim, para constituirmos uma compreensão de cidadania que seja pertinente e válida para o contexto multicultural e intercultural no qual vivemos, Cortina (2005) sinaliza pelo viés da complexidade, das camadas que a envolve e da multidimensionalidade, entrelaçando dimensões políticas, jurídicas, sociais, econômicas, civis, cosmopolitas, culturais, ou seja, entender a cidadania como uma prática, um processo que se constrói cotidianamente. Tomemos a cidadania como campo de disputa, atravessada miscigenação e mestiçagens culturais e tendo a comunicação como dimensão constitutiva de qualquer luta por cidadania.

A cultura é posicionada por Maldonado (2011) e Cortina (2005) como peça-chave para pensar a reconstrução do conceito de cidadania. Pois bem, um novo debate complexo emerge nesse contexto. Como garantir o exercício cidadão em sociedades multiculturais? Como organizar diferentes culturas numa mesma sociedade? Evidente que haverá, dentro das estruturas vigentes, culturas dominantes, em detrimento de práticas culturais marginalizadas. “Como saber-se e sentir-se cidadão igual quando a própria cultura é preterida?” (CORTINA, 2005, p. 140). Problemáticas que cotidianamente experienciamos. Néstor García Canclini (2019) descreve como *culturas híbridas* essas complexidades e sinaliza questões pertinentes para compreendermos identidade, cultura, movimentos sociais e peças comunicacionais neste contexto. A desterritorialização (GARCÍA CANCLINI, 2019), impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico, é uma característica importante para pensar o nosso contemporâneo, aqui pensada, em relação aos vínculos “naturais” das culturas com seus territórios geográficos, concomitantemente, como o relocalizações territoriais relativas, parciais, fluidas. Canclini aponta para migrações multidirecionais o que evidencia a fragilidade das análises binárias e polar das relações interculturais e sinaliza para uma “‘cartografia alternativa do espaço social’, baseado mais nas noções de ‘circuito’ e ‘fronteira’” (2019, p. 314). Nesse contexto, Cortina sinaliza que

se a cidadania deve ser vínculo de união entre grupos sociais diversos, não pode ser senão uma cidadania complexa, pluralista e diferenciada, e no que diz respeito a sociedades nas quais convivem culturas distintas uma *cidadania multicultural*, capaz de tolerar, respeitar ou integrar as diferentes culturas de uma comunidade política de tal modo que seus membros se sintam “cidadãos de primeira classe” (CORTINA, 2005, p. 140, grifos da autora).

As problemáticas do multiculturalismo, ou seja, aquelas da convivência e coexistência de diferentes culturas numa mesma sociedade, não são apenas de ordem jurídica, mas também podem ser posicionadas em relação à riqueza humana e social. Reconhece-se aqui que nenhuma cultura tem soluções para os problemas vitais de uma sociedade, com o diálogo intercultural, há um intercâmbio, uma troca, coaprendizados mútuos. Por sua vez, a chave do debate multicultural está no que Cortina (2005, pp. 145-146) sinaliza como “o sonho dos universalistas homogeneizadores - a eliminação de toda diferença - representa um supremo empobrecimento para a sociedade que o pratica; mas também que o entusiasmo pelo diferente, pelo mero fato de sê-lo, beira o deslumbramento, já que nem toda diferença eleva o nível da humanidade”. Seria a cidadania intercultural capaz de conciliar esse processo. Cortina (2005) concebe, assim, o interculturalismo como projeto ético e político, que atravessa, entre outros fatores, adesão às identidades culturais diversas, uma convivência autêntica e a compreensão de que para compreender sua própria cultura é necessário a compreensão das outras.

Nossas identidades não são dadas como prontas, elas são construídas dentro do universo cultural, a negociamos (CORTINA, 2005, p. 156). Cabe ao Estado garantir a coexistência de diferentes manifestações culturais e modos de viver. Quando não há essa garantia, tampouco valorização, as culturas são estigmatizadas, representando perdas, problemas e até mesmo a destruição da autoestima daqueles que a manifestam. Corroborando para processos de não-identificação. Proteger as culturas é proteger a dignidade dos sujeitos(as).

Toda essa complexidade nos leva a posicionar a comunicação como elemento constitutivo nas práticas culturais e de formação de identidade, uma vez que, ela atravessa diferentes instâncias e dimensões que constituem a cidadania. Como a mídia participa da cidadania? Como as identidades estão sendo construídas, veiculadas e representadas midiaticamente? São questões que passam, necessariamente, por duas problematizações que elegemos para discutir na sequência: o redimensionamento do sujeito(a) no processo comunicativo e o exercício da sua cidadania comunicativa.

(Re)posicionando o sujeito(a) no processo comunicativo

Antes de partirmos para refletir cidadania comunicativa, precisamos tensionar o sujeito(a) no processo comunicativo. Esse é o estágio no qual estamos.

Reivindicamos que, para observar os cidadãos nas suas inter-relações com os *medios*, torna-se inevitável romper com visões estruturalistas que negligencie ou minimizem os usos, apropriações e ressignificações que estes fazem dos conteúdos comunicacionais no momento da “recepção”, recepção aqui colocada entre aspas visto que sua compreensão também é objeto desse reposicionamento; pois bem, reconhecemos que esses momentos não são ordenado ou neutro, pelo contrário, são múltiplos, apresentam conflitos, contradições e complexidades, sendo atravessados por diferentes mediações socioculturais que potencializam a singularidade deste processo.

As pessoas em comunicação, que se inter-relacionam contemporaneamente com os sistemas e os processos midiáticos, produzem sentido de maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora. Não obstante essa diversidade, de fato, a maioria dos processos estão em sintonia (e confrontação) com os sistemas e as culturas midiáticas estabelecidas no mundo atual. Os *sujeitos em comunicação*, hoje, são seres sociais que vivem e experimentam suas práticas de sentido em contextos múltiplos, em diversas esferas [...] e em múltiplas dimensionalidades. (MALDONADO, 2013, p. 90, grifos do autor)

Ao posicioná-los como sujeitos(as) comunicantes somos instigados a compreendê-los como aqueles que estabelecem vínculos com as mídias, situadas no âmbito do processo de midiatização. Armand e Michèle Mattelart (2004) contribuem para esse nosso exercício, justamente ao proporem um retorno ao sujeito(a), ou seja, observá-lo como peça-chave no processo comunicativo. Assim, os Mattelart tecem um olhar crítico para os procedimentos de consumo e recepção, mostrando a fragilidade de sua concepção alicerçada no funcionalismo estadunidense dos *medios*, em que eram pensados de forma separada os polos do emissor e do receptor. Neste contexto reverberam as teorias hipodérmicas que pensavam a eficácia do processo comunicativo na relação estímulo-resposta. As terminologias “consumo” e “recepção” nascem a partir desse cenário funcionalista. Temos alguns elementos que se destacam nessa relação, a ideia de causa e efeito, de passividade das audiências e a assimilação por parte do sujeito(a) da mensagem transmitida pelo emissor. Daí nossa aposta na perspectiva dos usos sociais da mídia, pois “não reproduzem forçosamente as lógicas destacadas pela análise das estruturas dessa mídia. [...] Toda hipótese que não aceita o princípio dessa descontinuidade inscreve-se antes na ficção científica do que uma análise séria do real na mídia” (MATTELART;

MATTELART, 2004, p. 113). Devemos assim, assumir uma postura crítica ao utilizar termos para nomear conceitos.

Por diferentes dimensões, Efendy Maldonado discute a fragilidade do termo *receptor*, “faz referência àquele que recebe os sinais transmitidos e decodifica-os (aparelho/instrumento)” (2013, p. 89) . Na perspectiva política, é restritiva pois exclui as condicionantes do poder e do agir social que configura as experiências midiáticas e cotidianas. Na dimensão sociológica e histórica, a noção do *receptor* corrobora para construir “audiências amorfas” (2013, p. 90), sem qualquer identidade, interesses e estruturas. Em termos semióticos, temos *receptor* enquadrado, formatado, que reproduz esquemas midiáticos. Sendo assim, Maldonado (2013) posiciona o sujeito(a) como partícipe dos processos comunicacionais.

Na tentativa de melhor nomear as múltiplas atividades dos sujeitos(as) com as mídias, Bonin (2016) sinaliza para o termo *apropriações midiáticas* como capaz de captar o contexto contemporâneo, incluindo desde a produção de sentido e as problemáticas que sustentam historicamente a ideia de recepção, até mesmo levando em conta as formas de participação no âmbito da comunicação digital. Observamos também outros exercícios que buscam abarcar a complexidade do momento: receptividade comunicativa, *pessoas em comunicação*, e as inter-relações entre sujeitos(a) e mídia. Isso tudo, no esforço de romper com a relação ativo-passivo que, como apontam os Mattelart, atravessam dimensões históricas, não influenciando, apenas, o campo da comunicação.

Perceba que essa compreensão do sujeito(a) no processo comunicativo é uma compreensão que não é dada como pronta, diferentes esforços estão sendo realizados para melhor posicionar o sujeito(a) nas suas inter-relações com os *medios*. Maldonado (2013) sinaliza algumas entradas fundamentais para constituir essas compreensões. Primeira: *pessoas em comunicação* como produtoras de sentidos. Uma produção que é complexa, não pode ser entendida apenas como resistência ou desvio, é caótica, ora condicionada, ora subversiva. É, justamente, nas especificidades do contexto concreto das investigações que vamos conseguir observar quais elementos são mobilizados nessa produção de sentido. Torna-se impossível desvincular esses sujeitos(as) do social, são seres sociais na sua dimensão constitutiva, ou seja, pensar a midiatização dentro desse contexto. Terceira, pensando o sujeito(a) e as mídias digitais: observar o que o ambiente digital traz de

novas possibilidades para as inter-relações. A própria digitalização como nova porta de entrada desses sujeitos(as) no processo comunicativo, até mesmo como produtores de formas de comunicação simbólicas. O sujeito(a) comunicante, portanto, não pode ser pensado de forma isolada, ele age e produz comunicação, sua trajetória histórico-midiática merece ser considerada, além das competências midiáticas que adquirem nas suas inter-relações no processo comunicativo.

Com o retorno do sujeito(a), o estudo do cotidiano tem sua pertinência potencializada. O "ordinário do cotidiano" como caracteriza Michel de Certeau (2014) é evidenciado. É dentro desse contexto, de correspondências e desigualdades que compõem o social, que Certeau vai avançar na pesquisa sobre práticas de resistência desses sujeitos(as) subordinados. Sinalizando apropriações e significações daqueles conteúdos hegemônicos, a partir dos *modos de fazer*, “práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (CERTEAU, 2014, pp. 40-41) Encontrando desvios, nesse processo, em comparação às formas impostas pelas normas, o que Certeau chama de criatividade escondida, ou seja, uma ação tática, que se traduz num

cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro com totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. [...] O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. (CERTEAU, 2014, p. 45).

Muitas práticas cotidianas e comunicacionais são do tipo tática. É a arte do fraco, da ausência de poder, que mobiliza prazer e inteligência. A subversão, o desvio da ordem a partir dos usos.

Quando trabalhamos, portanto, os usos e apropriações das mídias pelos sujeitos(as) comunicantes é fundamental adotar uma visão epistemológica de que ao investigar os processos comunicacionais, temos de tensionar a comunicação em sua complexidade e multidimensionalismo, ou seja, exercitando um olhar sofisticado que entrelaçam política, economia, cultura, psicologia, história, dentre outros fatores sociais. A problemática da comunicação necessita de uma reflexão transdisciplinar e dialética.

Assim, a redescoberta do sujeito(a) permite questionar a cegueira dessas teorias funcionalistas e estruturalistas, sinalizando um olhar necessário para as contradições, resistências, apropriações, confluências, desvios e usos. Nesse sentido, Armand e Michèle Mattelart deixando um alerta para em relação à liberdade do sujeito(a), ao valorizá-los não podemos “minimizar o papel estratégico que os meios de comunicação ocupam na reprodução das relações sociais” (2004, p. 122). Sendo assim, compete tensioná-los no processo comunicativo pelo viés *transmetodológico*, como defende Maldonado (2013, p. 98), haja vista que, o sujeito(a) em comunicação é um ser histórico e cultural, que ao estabelecer inter-relações com as mídias têm suas multidimensionalidade afloradas, veja as múltiplas mediações socioculturais que se colocam em tensão de forma cotidiana e simultânea nas experiência de vida e midiática desses sujeitos(as). Jiani Bonin (2016) constrói um desenho metodológico possível para a pesquisa empírica com sujeitos(as) que “exige um esforço que considere os contextos, que aproveite, se alimente, problematize e reinvente legados epistêmicos, teóricos e metodológicos diversos que se mostrem produtivos nos desafios das investigações concretas” (BONIN, 2016, p. 228). A transmetodologia, ao proceder, por diferentes angulações e espaço-tempo, aproximações sucessivas ao sujeito(a), entrelaçando suas vivências com o todo social, possibilitando conhecimentos profundos, complexos e enriquecedores.

14

Reivindicar a cidadania comunicativa

Os movimentos anteriores ajudam a constituir a complexidade que envolve a relação entre mídia-cultural-sujeitos-cidadania. É possível perceber que essas confluências e atravessamentos levam a perspectiva da cidadania comunicativa. Busco sinalizar esse entrelaçamento. Para tal, mobilizo as leituras e reflexões compartilhadas por María Cristina Mata (2006), Paulinho Guareschi (2013), Lívia Saggin (2020) e Paulo Freire (2001; 2017) para apontar elementos constitutivos da cidadania comunicativa, não tendo a pretensão de esgotá-los, tampouco de constituir uma compreensão única.

Ao recuperar o entendimento de María Cristina Mata em relação a cidadania, podemos ver sua íntima ligação com a comunicação. Mata (2006) interliga o conceito de cidadania com os modos de participação e intervenção no espaço público, mobilizando a apropriação de direitos e oportunidades, ou seja, uma “práctica que

implica la capacidad de ser sujeto en todos los ámbitos en que se construye el poder” (MATA, 2006, p. 08). Nesse sentido, podemos posicionar a comunicação como elemento constitutivo para o ordenamento da vida social e, conseqüentemente, para o próprio exercício da cidadania e para a experimentação dos demais direitos civis. Com essa compreensão, Mata (2006) constrói a noção de cidadania comunicativa, que reivindica aos cidadãos o exercício de seus direitos e, assim, participarem e influenciarem o processo comunicativo nos espaços midiáticos. Posicionamos, portanto, a cidadania comunicativa levando em consideração suas dimensões sociais e culturais, valores de igualdade e respeito, como elementos indispensáveis para uma experiência cidadã e democrática. Assim, a cidadania comunicativa sinaliza para a participação ativa dos sujeitos(as), a partir do seu lugar de fala, nas estratégias de participação e apropriação dos meios de comunicação para expressão de suas culturas, saberes, filosofias, demandas e opiniões. É o reconhecimento da mídia como espaço de visibilidade, de validação e de construção de conotações valorativas. Questões que confluem para a defesa que Guareschi (2013) faz da comunicação como direito humano, “Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser. Todos os demais direitos, poder-se-ia dizer, têm como origem essa dimensão comunicativa do ser humano; e as demais instâncias como a liberdade, a democracia, a política e a ética são impensáveis fora do exercício do direito humano à comunicação” (GUARESCHI, 2013, p. 176). Perspectiva que Saggin (2020) comunga ao sinalizar para uma imediata e incondicional defesa da democratização da comunicação quando pensamos cidadania comunicativa, ou seja, pensar o direito humano à comunicação

como condição fundamental para a constituição de construções midiáticas nas quais coexistam processos de abertura e de reconhecimento às pluralidades contextuais, sociais, econômicas, políticas, culturais, educacionais e comunicacionais dos sujeitos em comunicação. A democratização da comunicação é premissa irrestrita à efetivação da cidadania comunicativa. (SAGGIN, 2020, pp. 134-135).

Temos, portanto, a compreensão da comunicação e seus processos como caminhos para a transformação política, social e educacional dos povos (SAGGIN, 2020), a partir da participação dos sujeitos(as) no processo comunicativo até os usos e apropriações dos *medios*. Note um alargamento na capacidade de intervenção e de

ação das múltiplas naturezas sociais, entrelaçam política, cultura e comunicação, por exemplo (MATA, 2006).

Lívia Saggin (2020) mobiliza reflexões de pensadores latino-americanos para construir sua compreensão em relação à educomunicação comunitária, perspectiva que enriquece e ajuda a alargar a compreensão de cidadania comunicativa. Para tal, torna-se oportuno recuperar alguns elementos balizadores dessa reflexão. Numa leitura freireana, é possível entender a educação como prática de liberdade, ou seja, libertar oprimidos e opressores. Paulo Freire conceitua sua pedagogia do oprimido, ao compreendê-la como “aquela que tem que ser forjada *com* ele e não *para* ele. [...] Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 2017, p. 43, grifos do autor). Reflexão pertinente que também reverbera, ou deveria reverberar, no campo da comunicação, “trata-se de realocar os sujeitos como protagonistas do trabalho de transformação das realidades políticas, econômicas e socioculturais de seus contextos mediante projetos de aprendizagem e de trabalho socioeducacional” (SAGGIN, 2020, p. 60).

Assumindo essa provocação, Saggin (2020), em sua tese, mobiliza as contribuições de Simón Rodríguez para ajudar a observar perspectivas epistêmico-políticas e educacionais. Rodríguez desenvolve a noção de *toparquía*, que caracteriza o “poder do lugar”, o governo popular local, a partir da autonomia comunitária, atravessada pela relação com o coletivo, social e voluntário, “o termo não tem relação, neste horizonte, com “autoridade local”, senão com uma célula social e coletiva de “voluntades” política integrada em um tecido geral ou nacional de poder” (SAGGIN, 2020, p. 63). Torna-se oportuno destacar, neste conceito, o elemento *crear voluntades*, ou seja, a capacidade de decisão e ordenamento da própria vivência e conduta.

O ideário da *toparquía* porta, de modo central, uma noção integradora, na qual a topografia política é conformada por poderes periféricos, comunitários e que não podem ser anulados, abafados por poderes centrais, hegemônicos. A organização política parte dos espaços periféricos de poder, do perímetro para o centro, e não contrariamente. São as forças periféricas, comunitariamente organizadas e gestadas que alimentam os poderes centrais, apresentando propostas e necessidades de participação do centro nelas. (SAGGIN, 2020, P. 68).

Recuperou-se, portanto, a centralidade das organizações sociais e populares para posicionar as comunidades periféricas como espaços de produção de saberes e conhecimento, de experiências políticas, econômicas e culturais. “A noção de toparquia tomada nesta pesquisa se expande, portanto, para pensar a mobilização e a intervenção política através do seu braço educacional-comunitário”, afirma Saggin (2020, p. 73). Temos mobilizado a comunicação e a educação, compreendendo-as como ação política para os próprios sujeitos(as) e para a transformação social. Assim, o pensamento de Simón Rodríguez atravessa a educação como prática de emancipatória.

Outro pensador que Saggin (2020) convida para sua tese é Mario Kaplún, que nos oferece importantes contribuições ao desenvolver o método *cassete-forum* e nos provocar a pensar arranjos e lógicas para romper com a incomunicabilidade entre comunidades e sujeitos(as) no contexto contemporâneo. Nos anos de 1970, ao perceber esse problema social, Kaplún organiza um sistema de intercâmbio entre comunidades através da utilização de fitas cassete. “Sua perspectiva entendia a importância da comunicação entre comunidades, afastadas geograficamente ou não, para o desenvolvimento comunitário, de modo a articular preocupações comuns em atividades de reflexão, organização e ação política” (SAGGIN, 2020, p. 102). Kaplún reivindicava que o processo de democratização da comunicação deveria “começar (e terminar) no diálogo participativo do pequeno grupo local (KAPLÚN, 1988, p.12 *apud* SAGGIN, 2020, p. 102). Materializou-se num método que propiciava a auto-gestão e organização social comunitária. Consistia, portanto,

na intercomunicação entre comunidades na qual diferentes grupos, formados por sujeitos de cenários concretos investigados por Kaplún, utilizavam de fitas cassete para gravar discussões sobre necessidades, problemas e impasses enfrentados pela comunidade. As fitas eram, então, enviadas a outro contexto, formado por outra comunidade. Lá, após ouvir e discutir a gravação, a comunidade procurava responder ao primeiro grupo, gravando as discussões no lado oposto da fita. Esse processo ocorria em círculo, de discussão, gravação, escuta; nova discussão, gravação de respostas e reenvio. (SAGGIN, 2020, p. 102).

Assim, podemos avançar na compreensão da democratização das comunicações e, também, da cidadania comunicativa que vá além simplesmente do acesso, observando e incluindo a participação e produção midiática-comunicacional. Ao recuperar Rodríguez e Kaplún, podemos pensar soluções para as problemáticas latino-americanas desde a América Latina. São exemplos que nos inspiram a não abrir

mão da redemocratização das mídias, haja vista o contexto comunicacional latino-americano que Maldonado (2011) repercute.

A *cidadania comunicativa* na América Latina tem sido negada pelos modelos comerciais burgueses de concentração dos bens, sistemas, instituições, tecnologias e poderes midiáticos. Nos países latino-americanos, com exceção de Cuba, poucas famílias, possuidoras de um alto poder econômico, controlam os grandes meios de comunicação. Esse fato, conhecido pelo conjunto da sociedade, foi *naturalizado* como a forma adequada de estruturação dos sistemas midiáticos nas sociedades ditas *modernas*; as ideologias midiáticas os apresentam como o modelo de *liberdade de comunicação e informação*, oferecendo uma intensa programação cotidiana de *entretenimento mercadológico e informação restrita*, muitas vezes manipulada (MALDONADO, 2011, p. 02, grifos do autor).

Nesse contexto, Maldonado (2011) pontua que a cidadania comunicativa tem sido exercida pela lógica econômica no consumo comercial dos produtos midiáticos, apresentando lacunas ou, até mesmo, distorções com o objetivo de enfraquecer e desvalorizar a realidade latino-americana nas suas riquezas e problemas. Podemos recuperar o movimento proposto pela UNESCO (1983), nos anos 70, que resultou no Relatório MacBride, empenhou-se em afirmar o direito à comunicação por meio da democratização das mídias. O embasamento que materializou no relatório, apontou problemáticas midiáticas: o desequilíbrio no fluxo de informação e comunicação do mundo; a concentração dos meios de comunicação; e a formação de monopólios e oligopólios. A reação do poder econômico-midiático foi de boicotar a UNESCO e, conseqüentemente, o relatório, persistindo e agravando os problemas comunicacionais até os dias de hoje. Pois bem, cabe buscarmos saídas para experimentarmos uma verdadeira comunicação democrática. A educomunicação contribui para isso.

Assumimos a educomunicação atrelada a conquista/exercício da cidadania. Podemos recuperar Paulo Freire (2001; 2017) e posicioná-lo como um teórico transmetodológico, vista as diferentes posturas e dimensões tensionadas por suas reflexões, tais como a intersecção entre educação e política, a cultura como produção de conhecimento, a educação como prática libertadora e a valorização do sujeito(a) comunicante no processo comunicativo. Entre suas múltiplas contribuições, Freire ajuda romper com as teorias hipodérmicas, quando realiza um processo de aproximação da sua obra com as especificidades da comunicação, ao

romper com a passividade do receptor. Compreendendo os indivíduos como sujeitos-históricos, ou seja, agentes transformadores da própria história.

A partir deste debate temos a oportunidade de observar algumas chaves que nos ajudam a constituir compreensões que entrelaçam comunicação, cidadania, educação. Saggin (2020) apresenta elementos para esse exercício reflexivo e problematizador. Estipula a ligação cidadania - comunicação e educação - liberdade, como coisas que não podem ser pensadas de forma isolada. Ao mesmo tempo que, posiciona relações: professor - educador e jornalista/comunicólogo - problematizador. Numa lógica que conflui no que Freire (2001, p. 35) sinaliza como o aprendizado mútuo, “o sujeito que, ensinando, aprende e o sujeito que, aprendendo, ensina”. É um redimensionamento da figura desses sujeitos(as), reivindicando que tanto a educação, quanto a comunicação não devem ser pensadas, exercidas e construídas em perspectivas hierárquicas e de poder. Ambas, se dão, justamente, na imbricamento entre culturas, saberes, vivências, seja de alunos, sujeitos(as) comunicantes, profissionais, num movimento de ocupar a comunicação e a educação com culturas, pensamentos e saberes plurais e diversos, tendo o diálogo como premissa chave (FREIRE, 2017).

Quando pensamos cidadania comunicativa, reconhecemos que ela não pode ser dada ou chancelada pelo estado, mas que experimentamos, é uma conquista, no processo de aprender a sermos cidadãos (SAGGIN, 2020; CORTINA, 2005), caminhos na construção de um processo de cidadania, a partir das experiências e saberes cotidianos. Assim, temos que ter em mente que a existência humana precisa ser expressa.

Considerações finais

Evidente que as discussões propostas neste texto não se esgotam nele, assim como, os pensadores convidados não são os únicos com contribuições para tal. Note que no início apontamos para três eixos de reflexão: debatemos cultura e cidadania; o sujeito(a) comunicante; e cidadania comunicativa. São entradas que nos ajudam a realizar o movimento de repensar e redimensionar o sujeito(a) em suas inter-relações com as mídias, num contexto intercultural, hibridizado, tendo como horizonte o exercício da cidadania. Pretensão que exige romper com o modelo estruturalista que influencia diferentes correntes e concepções comunicacionais. Para rechaçá-lo,

precisamos conceber a pesquisa em comunicação em termos de níveis de complexidade, de contextos múltiplos e sistemas circulares. Este foi nosso ensejo.

Referências

BONIN, Jiani Adriana. Questões metodológicas na construção de pesquisa sobre apropriação midiáticas. IN: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, M. Immacolata Vassalo de. (Orgs.) **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. pp. 213-231.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola; 2005.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições SESC, 2020.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP; 2019.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MALDONADO, Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. IN: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Orgs.) **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em Comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013. pp. 87-103.

MALDONADO, Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, Efendy (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014, p. 17-40.

MALDONADO, A. Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. **Anais do XX Encontro Anual da Compós**, GT Comunicação e Cidadania. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 14 a 17 de junho de 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Diversidade em convergência. **MATRIZES**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 15-33, 2014.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, pp. 5-15, 2006.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **Pensar as mídias**. São Paulo: Edições Loyola; 2004.

MATTELART, Armand; VITALIS, André. **De Orwell al cibercontrol**. Barcelona: Gedisa, 2014.

SAGGIN, Lívia Freo. **Educomunicação comunitária: horizontes para repensar a educomunicação, a comunicação comunitária e a cidadania comunicativa**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: Comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

SUBMETIDO: 31/12/2022

APROVADO: 12/02/2023